

“TERIA QUE VIR A UNIVERSIDADE DO CEARÁ”: PISTAS PARA UMA HISTÓRIA

Sofia Lerche Vieira¹

Universidade Estadual do Ceará – sofialerche@yahoo.com.br

As origens da idéia de educação superior no Ceará remontam ao século XIX, explicitando-se nas Mensagens² dos governos republicanos a partir de 1891 (Costa, 2006). A concretização de sua existência, contudo, somente se materializaria no século XX.

O texto ora apresentado procurar captar o processo de lenta construção da universidade no Ceará debruçando-se sobre o intervalo compreendido entre o início e o princípio da década de noventa. O estudo mostra que embora tenham existido estabelecimentos de ensino superior desde o início do século XX, a universidade propriamente dita é uma organização tardia. A primeira delas apenas se materializaria em meados dos anos cinqüenta, quando se constitui a Universidade Federal do Ceará (UFC). As demais universidade viriam muito depois: duas delas na década de setenta (a Universidade de Fortaleza e a Universidade Estadual do Ceará) e as demais entre o final da década de oitenta e início de noventa (a Universidade Regional do Cariri e a Universidade do Vale do Acaraú).

O ensaio revela que no período analisado o modelo perseguido é o da universidade pública, situação que sofre substantiva alteração a partir da década de noventa. A partir de então, o Ceará passa a incorporar uma tendência existente em outros estados do país – o aumento de matrículas em instituições particulares isoladas.

Primeiras Instituições

A primeira escola de educação superior do estado, Faculdade Livre de Direito do Ceará, data de 1903, tendo sido criada com ativa participação de intelectuais da época³. Sua proposta inicial previa uma estrutura curricular organizada em cinco anos, conforme é possível verificar no quadro a seguir:

Quadro I

Faculdade Livre de Direito

Organização curricular e corpo docente – 1903

Ano	Disciplina	Professor
1º ano	Filosofia do Direito	Antônio Augusto
	Direito Romano	Joaquim Pauleta
2º ano	Direito Constitucional	Bezerra de Meneses
	Direito Internacional	Tomás Acióli
	Direito Civil (1ª parte)	Alcântara Bilhar

3º ano	Direito Criminal (1ª parte)	Paulino Nogueira
	Direito Comercial (1ª parte)	Virgílio de Moraes
	Direito Civil (2ª parte)	Sabino do Monte
4º ano	Direito Comercial (2ª parte)	Eduardo Studart
5º ano	Direito Administrativo	Tomás Pompeu

Fonte: Girão, 1985.

Sujeita a muitas críticas por ocasião de sua criação, a Faculdade Livre de Direito do Ceará escaparia, contudo, à ira de seus opositores sendo a construção de suas instalações autorizada em 1906. Sua história não estaria livre de percalços. A inauguração do prédio ocorreria em 1938. Do ponto de vista de sua dependência administrativa, passou por vários momentos: federalizada em 1934, voltou à administração do Estado, em 1936, sendo outra vez federalizada, em 1946. Posteriormente passou a integrar a Universidade Federal do Ceará (UFC), de que trataremos adiante.

Outra instituição de ensino superior da Primeira República é a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1916). Da mesma época é a Escola de Agronomia (1918), inicialmente particular e, depois, como as demais, federalizada. Essas e outras faculdades integrariam, posteriormente, a estrutura organizacional da Universidade Federal do Ceará (UFC), aprovada por lei em 1954 (Castelo, 1970: 295)⁴.

Ao longo dos anos, novos cursos foram sendo criados: a Faculdade de Ciências Econômicas (1936); a Escola de Enfermagem (1943); a Faculdade Católica de Filosofia (1947); a Faculdade de Medicina (1948); e, a Escola de Serviço Social (1950). Outra instituição a destacar é a Escola de Engenharia do Ceará. Criada em 1955 e instalada em 1956, sua semente está no Instituto Politécnico do Ceará, de curta duração, que se materializaria na Escola Politécnica, cujas aulas começam ainda em 1924 (Girão, 1985).

O movimento de implementação desses cursos vai preparando o terreno para o surgimento de uma universidade em terras cearenses. A idéia, “solta aos ventos das sugestões e dos estudos” desde 1944, concorre para animar o debate do período, gerando um ambiente cultural propício à sua criação. As palavras de Girão expressam este cenário:

É de ver que tamanha animação e tão exuberantes afirmações de potencialidade da inteligência cearense não deviam conservar-se em desajustada dispersão. Na realidade, não podiam furtar-se ao imperativo de forças que tendiam a aproximá-las e, finalmente, a aglutiná-las para formarem um organismo mais homogêneo e duradouro de maior capacidade de coordenação e realização.

Teria que vir a Universidade do Ceará” (Girão, op. cit. 426. Grifo nosso).

De fato, a universidade viria em 1954. Criada por lei sancionada pelo presidente Café Filho (Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954), a Universidade Federal do Ceará integra, de início, quatro estabelecimentos federais de ensino superior – Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Agronomia e Faculdade de Medicina do Ceará. A agregação de outros cursos e estabelecimentos de ensino ficaria na dependência de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do governo, o que ocorre nos anos subseqüentes.

Instalada em 25 de junho de 1955, em sessão solene no Teatro José de Alencar, “estava armada a cavaleiro a jovem Universidade nordestina” (Idem: 430). Outras universidades viriam depois, como a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a primeira instituição particular de grande porte, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE) que, como a UFC, reúne várias escolas já existentes, como se verá noutra tópico desta reflexão.

Reforma Universitária e Desdobramentos

Nos anos sessenta a reforma universitária é um dos principais focos do interesse e do debate educacional. O Ceará não foge a esta regra, sendo espaço de discussões sobre o tema e de inovações advindas da implantação da Lei nº 5.540/68. A UFC, todavia, embora possa

ser considerada uma das precursoras da reforma na região nordeste do país, não se apresenta, no conjunto das universidades brasileiras, como uma instituição pioneira na implantação das modificações propostas pela Lei nº 5.540/68 e legislação correlata; muito ao contrário, poder-se-á dizer que está colocada entre as últimas universidades federais na caminhada para a efetivação da reforma (Sá, 1977: 9).

É curioso que isto tenha ocorrido, já que Valnir Chagas, um dos mentores da reforma de 1968, era professor da UFC no início dos anos sessenta. O reitor daquele período (Antônio Martins Filho), por sua vez, era membro do Conselho Federal de Educação, por onde tramitaram tais discussões. Seria de se esperar, portanto, que o Ceará pudesse estar na vanguarda daquele movimento.

O livro-depoimento de Martins Filho, que apresenta sua visão sobre a trajetória da instituição desde as primeiras idéias relativas à sua criação (1944), até o final de seu quarto mandato como reitor (1967), revela que a administração superior da Universidade esteve ao lado do governo federal nas medidas para conter o movimento estudantil no início dos anos sessenta, solicitando, inclusive tropas do exército para proteger suas instalações (1983: 216-240).

Outra visão sobre o mesmo cenário seria a dos estudantes universitários, que foram atores importantes do momento que antecipa a reforma de 1968. Em estudo denominado: **As lutas políticas dos universitários cearenses (1964-1968)** (Ramalho, 1992), posteriormente editado como livro (2002), o autor faz um resgate histórico desse movimento no Ceará até 1968. Mostra “a resistência dos universitários ao autoritarismo no período pós-64”, desvelando algumas especificidades do movimento estudantil local em relação ao nacional.

Segundo Ramalho, aqui, diferentemente do resto do país, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) exerce hegemonia sobre o processo de organização dos estudantes, “acontecimento atípico em relação ao restante do país”. O trabalho torna clara a idéia de que os universitários cearenses representaram um baluarte de resistência à ditadura, até quando se aproxima sua fase de maior fechamento.

Caracterizando-se o regime militar como período propício à expansão do ensino superior em todo o país, não surpreende que essa tendência se manifeste também no âmbito local, a exemplo do surgimento de duas instituições particulares (a Faculdade de Filosofia de Fortaleza e a Universidade de Fortaleza – UNIFOR) e de um conjunto de instituições públicas que vêm a ser integradas numa estrutura universitária (a Universidade Estadual do Ceará – UECE). Esse processo será melhor detalhado nos próximos parágrafos.

Em dezembro de 1971, é criada a Faculdade de Filosofia de Fortaleza, aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e, no ano seguinte, por Decreto Presidencial (Decreto nº 71.330, de 8 de novembro de 1972). Ao ser implantada, conta com as instalações e a biblioteca do antigo Seminário da Prainha. Organiza-se em quatro departamentos (Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e Teologia), oferecendo o curso de Filosofia (Sampaio e Costa, 1974: 151-152). Seu processo de extinção começa em 1987, quando ocorre a transferência de alunos para a UECE, sendo concluído em 1989.

A Fundação Educacional Édson Queiroz é instituída em março de 1971, com o objetivo de captar recursos para viabilizar a criação da Universidade de Fortaleza, a UNIFOR.

Diferentemente da UFC e da maioria das universidades brasileiras que surgem a partir da aglutinação de cursos isolados previamente existentes, a UNIFOR nasce como uma universidade, cuja estrutura organizacional agrega quatro centros: Centro de Ciências da Natureza, Centro de Ciências Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Centro de Ciências da Saúde. Seu primeiro vestibular realiza-se em fevereiro de 1972, iniciando-se o semestre letivo em março do mesmo ano, com 1.270 aprovados.

A história da criação dos primeiros cursos de ensino superior no Ceará registra um movimento pendular em termos da dependência administrativa (pública federal ou estadual). Alguns começam sob a jurisdição do governo do Estado, outros de forma inversa. Certo é que com a criação da UFC, em 1954, o Ceará passa a ter uma universidade federal. As instituições implementadas depois dessa data tendem a ser apoiadas pelo governo estadual que parece encontrar dificuldades para bancar o ensino deste nível. A Mensagem de 1965 registra ponderação nesse sentido ao afirmar que:

O ensino superior, no Brasil, está, paulatinamente, sendo encampado pelo Governo Federal, que tem condições financeiras para arcar com os pesados encargos que advêm de sua manutenção. Além disso, as disponibilidades financeiras do Governo Estadual mal dão para cobrir as despesas com o ensino primário e médio (Ceará. Mensagem. 1965: 40).

Não obstante tal preocupação, quando começa o regime militar, já estão em funcionamento as primeiras instituições estaduais. Pelo menos duas delas são citadas nas mensagens do período: a Escola de Administração do Ceará, instalada em 1961, com um curso de Administração Pública e que, em 1964, passa a contar com um curso de Administração de Empresas; e, a Faculdade de Veterinária, instituída em 1963. Em 1966, o governo encampa a Faculdade de Filosofia do Ceará (Lei nº 8.423, de 3 de fevereiro de 1966), oficializada como instituição estadual em 1967. A Faculdade de Filosofia do Limoeiro do Norte, criada em 1966 (Lei nº 8.557, de 19 de agosto de 1966), obtém autorização para funcionamento em 1967.

A criação dessas unidades prepara o terreno para que, num segundo momento, se organize a primeira universidade estadual. Em 1973 institui-se a Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE – Lei nº 9.753, de 18/10/73), com o objetivo de “oferecer maior organicidade ao En-

sino Superior Estadual, englobando também a TV Educativa” (Ceará. Mensagem. 1974: 143). A FUNEDUCE incorpora as seguintes unidades: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Faculdade de Filosofia do Ceará, Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos de Limoeiro do Norte, Escola de Serviço Social, Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, Televisão Educativa do Ceará.

Quando a UECE é fundada, em 1975 (Decreto nº 11.233, de 13.03.75) incorpora as unidades que constituem a rede estadual de ensino superior. Dois anos mais tarde, é decretada sua homologação (Decreto nº 11.233, de 10 de maio de 1977). A partir de 1979, é autorizada a transformação da Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, em Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE (Decreto nº 13.252, de 23/05/79).

Como se vê por essas breves considerações acerca do período em torno da reforma universitária de 1968, trata-se de um momento fértil em termos da criação de instituições de ensino superior. Tal situação corresponde a uma tendência emergente em todo o país, quando o ‘milagre brasileiro’ gera investimentos no setor. A expressão local desse movimento é um sinal claro de que mesmo nas unidades mais pobres da federação são concebidas alternativas para formar os filhos das camadas privilegiadas. O mercado em expansão, pródigo de empregos, necessita ser abastecido.

Nos anos subsequentes, todavia, o ritmo de expansão desce. Os anos oitenta, também considerados por alguns como a ‘década perdida’, praticamente não trarão novidades para o campo das instituições de educação superior. O que irá ocorrer, de fato, será um novo momento de organização das escolas estaduais existentes, para posterior aglutinação como universidades.

Universidades Estaduais – Nova Etapa de Expansão

Na década de noventa, durante o governo de Ciro Gomes (1990-1994), as ações de educação superior passam a ser coordenadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE), concebida e instalada em 1993. Nesse período, a Universidade Regional do Cariri (URCA), criada pelo governo do Estado em 1986 e instalada oficialmente em março de 1987, tem sua personalidade jurídica transformada em fundação (1993).

Em 1994, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), cuja origem remonta à Lei Municipal nº 214, de 24 de

outubro de 1968, tendo incorporado a Faculdade de Filosofia D. José, da Diocese de Sobral, é reconhecida pelo Ministério da Educação.

Com a criação dessas duas instituições, o Ceará passa a ter três universidades estaduais. Em estudo sobre os problemas e desafios da universidade pública cearense, Linhares (2001) observa que o surgimento das universidades estaduais deve ser tributado antes à impotência política de nossos governantes para ampliar o sistema federal no Estado, do que à vontade deliberada de desenvolver um sistema de educação superior capaz de formar quadros desse nível.

Há, segundo o autor, uma relação de mútua desconfiança entre a Universidade pública cearense e o poder político: “Assim, o sistema estadual público nasce como um sistema paralelo que cresce sempre de forma subterrânea. Nossa elite econômica nunca se orgulhou dele ou fez da nossa Universidade lugar de formação dos seus quadros” (LINHARES, 2001: 29). De tal maneira, segundo sua compreensão, as universidades estaduais acabam por configurar-se como uma espécie de bicho de três cabeças.

É verdade que o custo-aluno da educação superior estadual se mostrou menos oneroso que aquele praticado pelas universidades federais. De lento crescimento e qualidade não uniforme, apresentou fragilidades ao longo tempo (Idem: 29-47). A principal delas foi exatamente ligada ao financiamento, uma vez que o investimento em educação superior representou alto custo para um estado pobre como o Ceará.

A despeito das dificuldades em que esbarrou ao longo da história, a universidade pública cearense, aí incluindo as instituições estaduais, prestou contribuição indispensável à formação de profissionais de nível superior e à produção de conhecimentos. Para Linhares, seu papel será de fundamental importância naquilo que denomina de “terceiro ciclo de modernização do Estado”, permitindo ao Ceará avançar em direção a uma economia baseada na busca de inovação tecnológica e de criatividade democrática capaz de superar definitivamente os modelos neopatrimonialistas persistentes (Idem: 84).

Nas próximas páginas será possível visualizar em maior detalhe o modelo que irá se configurar a partir de meados dos anos noventa. Antes de fazê-lo, porém, é pertinente proceder a um rápido exame do perfil da educação superior no Estado antes desse novo surto expansionista. Os dados disponíveis permitem comparar o início da década de oitenta (1981) e de noventa (1990):

Quadro II

Instituições de Ensino Superior por dependência administrativa – Ceará – 1981 e 1990

Instituições	Dep Adm	1981	1990
		Total Geral	11
Universidades	Total	3	4
	Federal	1	1
	Estadual	1	2
	Municipal	-	-
	Particular	1	1
Estabelecimentos Isolados	Total	8	5
	Federal	-	-
	Estadual	5	-
	Municipal	-	-
	Particular	3	-

Fonte: Brasil. MEC. 1982 e 1991.

Os dados mostrados no Quadro II chamam atenção por revelar um crescimento negativo em relação das instituições no período considerado. Algo semelhante pode ser detectado no que se refere à distribuição de matrículas:

Quadro III

Matrículas por Dependência Administrativa Ceará – 1981 e 1990

Instituições	Dep Adm	1981	1990
		Total Geral	39.034
Universidades	Total	34.213	34.754
	Federal	15.118	11.136
	Estadual	8.447	13.328
	Municipal	-	-
	Particular	10.648	10.290
Estabelecimentos Isolados	Total	4.821	1.940
	Federal	-	-
	Estadual	-	1.940
	Municipal	833	
	Particular	3.988	

Fonte: Brasil. MEC. 1982 e 1991.

No exame dos dados relativos a matrículas salta aos olhos o decréscimo ocorrido entre 1981 e 1990. Uma observação do fenômeno em detalhe, todavia permite perceber que este sensível encolhimento da oferta ocorre, de modo específico, na universidade federal e no estabelecimento particular isolado que não aparece nas matrículas de 1990. Por outro lado, é fácil notar que o crescimento da oferta pública estadual, um fenômeno da década de oitenta, se expressa na surpreendente expansão no período considerado. Uma comparação superficial entre os dados dos Quadros II

e III poderia levar à suposição de que essa acomodação teria correspondido à redução no número de instituições. A análise mais cuidadosa, todavia, sugere que as instituições estaduais isoladas tenham sido aglutinadas na URCA, a universidade estadual criada nesse intervalo.

Entre as primeiras idéias de universidade e o ocorrido até o início da década de noventa, passou-se quase um século. Esse movimento prepara um novo ciclo de expansão que irá ocorrer a partir de 1991.

Referências Bibliográficas

- Brasil. MEC. INEP (1982). **Censo da Educação Superior de 1981**. Brasília, MEC/INEP.
- Brasil. MEC. INEP (1991). **Censo da Educação Superior de 1990**. Brasília, MEC/INEP.
- Castelo, Plácido Aderaldo (1970). **História do ensino no Ceará**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial.
- CEARÁ (1965). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1965 pelo Governador Virgílio Távora**. Fortaleza: Imprensa Oficial.
- _____. (1974). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1974 pelo Governador César Cals de Oliveira**. Fortaleza: Imprensa Oficial.
- COSTA, Priscila Holanda (2006). **Ensino Superior no Ceará: da origem das instituições (1822-1922)**. Fortaleza: UECE. Monografia de graduação.
- Girão, Raimundo (1985). **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB.
- Linhares, Paulo (2001). **O conhecimento assediado: proposta para uma universidade pública democrática e transformadora**. Fortaleza: Fundação Terra de Iracema.
- Martins Filho, Antonio (1983). **O outro lado da história**. Fortaleza: Edições UFC.
- Ramalho, Bráulio (2002). **Foi assim! – o movimento estudantil no Ceará (1928-1968)**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora.
- _____. (1992). **As lutas políticas dos universitários cearenses (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Sá, Maria Ivoni Pereira de (1977). **O corpo docente da Universidade Federal do Ceará frente à reforma universitária brasileira**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (mimeogr).
- Sampaio, Dorian; Costa, Lustosa da (1974). **Anuário do Ceará – 1974**. Fortaleza: Stylus.

NOTAS

¹ sofialerche@yahoo.com.br

² As Mensagens são relatórios que o Executivo envia ao Legislativo a cada ano de sua administração, detalhando as atividades realizadas. Como muitos dos principais documentos de política educacional não sobrevivem ao tempo, estas representam preciosa fonte de informação para a análise dos rumos da educação.

³ Dentre eles, cabe destacar: Thomas Pompeo de Sousa Brasil, Antonio Augusto e Farias Brito. O movimento também contou com apoio de integrantes do poderoso grupo de Nogueira Accioly, principal liderança política da época.

⁴ Para maiores esclarecimentos, ver: Girão (1985: 421-432), Castelo (1970: 269-295), Martins Filho (1983).

⁵ A criação da SECITECE decorre da Constituição do Estado do Ceará (1989) que atribui ao Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento dessa área, com o objetivo de promover o bem-estar da população e o progresso das ciências, estabelecendo a política estadual de Ciência e Tecnologia em consonância com as políticas nacionais e regionais. É instituída pela Lei nº 12.077, de 1º de março de 1993 (D.O.E. 22/04/1993). Em 2005 a Secretaria tem sua denominação revista, passando a chamar-se Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (D.O.E. 21/12/2005).